

INSTRUÇÃO NORMATIVA 116/2020

CONSIDERANDO a independência quanto à responsabilização entre as esferas administrativa, civil e criminal na responsabilização pelas práticas de danos ambientais;

CONSIDERANDO a necessidade de cooperação entre as entidades e órgãos responsáveis pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, respeitando-se a autonomia e as atribuições funcionais de cada qual;

CONSIDERANDO que o art. 86 do Código Florestal de Santa Catarina (Lei Estadual n. 14.675/09) estabelece a necessidade de remessa ao Ministério Público nos casos de constatação de fatos que constituem, em tese, crimes ambientais,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta o encaminhamento de constatações de fato que constituem, em tese, crimes ambientais aos órgãos de persecução penal.

Art. 2º Por ocasião da ação administrativa, especialmente a atuação fiscalizatória dos agentes públicos do Instituto Itajaí Sustentável (INIS) na identificação de condutas que violam as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, constatado que algum fato constitua, em tese, crime ambiental, deverá ser comunicado ao Ministério Público, sem prejuízo das providências administrativas cabíveis, tais como a regular autuação pela infração e abertura de processo administrativo.

§ 1º A comunicação terá duas fases:

I – interna: do agente público responsável pela constatação à Gerência Fiscalização do Instituto Itajaí Sustentável (INIS);

II – externa: da Gerência Fiscalização do Instituto Itajaí Sustentável (INIS) ao competente órgão do Ministério Público.

§ 2º A comunicação da fase interna deverá ser específica, com a descrição de todas as circunstâncias do fato, indicando, da forma mais precisa possível, o dispositivo da lei para os quais, em tese, existem indícios de autoria e materialidade da prática de crimes, considerando especialmente o disposto nos arts. 29 a 69-A da Lei n. 9.605/98;



§ 3º A comunicação da fase interna será feita pelo Sistema SIPE, com a obrigatoria remessa de peças digitalizadas que constituam informações relevantes para o esclarecimento dos fatos.

Art. 3º Na fase externa, a Gerência de Fiscalização reunirá as comunicações e as encaminhará por ofício, a cada 15 (quinze) dias, ao Ministério Público, para que este, entendendo ser cabível, promova persecução criminal dos envolvidos perante o Poder Judiciário.

§ 1º A bem da cooperação institucional, o ofício indicará o número dos processos administrativos abertos no Instituto Itajaí Sustentável (INIS), ressaltando a independência e desvinculação das esferas administrativa e criminal nas atividades sancionatórias do Estado, esclarecendo a respeito das próximas etapas do devido processo legal administrativo, no aspecto sancionador;

§ 2º A Gerência de Fiscalização poderá indeferir o encaminhamento das comunicações internas que não atendam aos requisitos dos § 2º e § 3º do art. 2º.

Art. 4º Todas as comunicações das fases interna e externa observarão a garantia constitucional da presunção de inocência (CF, art. 5º, LVII) e se referirão aos fatos e pessoas de forma indiciária e objetiva, evitando-se juízos de valor acerca da culpabilidade criminal dos envolvidos.

Art. 5º Essa Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí, 06 de outubro de 2020.



FÁBIO DA VEIGA
Diretor Presidente do INIS

